

NEHEMIAS DOMINGOS DE MELO

Advogado, palestrante, conferencista e parecerista. Professor de Direito Civil, Direito Processual Civil e Direitos Difusos nos cursos de graduação e pós-graduação na Universidade Paulista - UNIP. É também professor convidado da Escola Paulista de Direito (EPD), das Faculdade Metropolitanas Unidas (FMU) e de outros cursos de pós-graduação. Coordenador do Núcleo de Teoria Geral do Direito na Escola Superior de Advocacia (ESA/SP).

DEFESA DO CONSUMIDOR EM JUÍZO

► **POR DANOS CAUSADOS
EM ACIDENTES DE CONSUMO**

2^a EDIÇÃO

1^a. edição 2010 – Editora Atlas

SUMÁRIO

PARTE I DOS FUNDAMENTOS DA PROTEÇÃO CONSUMERISTA

CAPÍTULO 1

O Surgimento do Movimento Consumerista

| | |
|---|----|
| 1. A revolução industrial..... | 23 |
| 2. O consumerismo na antiguidade..... | 24 |
| 3. O surgimento do consumerismo moderno | 26 |
| 4. A legislação consumerista brasileira..... | 28 |

CAPÍTULO 2

Dos Partícipes nas Relações de Consumo

| | |
|---|----|
| 1. Introdução ao tema..... | 35 |
| 2. O consumidor | 35 |
| 2.1 O consumidor <i>stricto sensu</i> | 37 |
| 2.2 Consumidor pessoa jurídica ou profissional..... | 38 |
| 2.2.1 Teoria minimalista ou finalista – subjetiva | 38 |
| 2.2.2 Teoria maximalista ou objetiva | 41 |
| 2.2.3 Teoria da causa final | 42 |
| 2.3 Consumidor por equiparação | 44 |
| 2.3.1 Da coletividade de pessoas | 44 |
| 2.3.2 Das vítimas do acidente de consumo (<i>bystander</i>) | 45 |
| 2.3.3 Das pessoas expostas às práticas abusivas | 47 |
| 2.4 Da importância da equiparação | 48 |
| 3. O fornecedor..... | 51 |
| 4. O produto..... | 52 |
| 5. O serviço | 53 |
| 5.1 Serviços públicos | 54 |
| 5.2 Serviços bancários | 56 |

CAPÍTULO 3

Da Proteção Legal ao Consumidor

| | |
|--|----|
| 1. A Constituição Federal de 1988 e o consumidor | 59 |
| 2. O Código de Defesa do Consumidor..... | 61 |

CAPÍTULO 4

Dos Princípios Informativos nas Relações de Consumo

| | |
|---|----|
| 1. Os princípios gerais de direito | 65 |
| 2. Dos princípios constitucionais aplicáveis às relações de consumo | 66 |
| 2.1 Princípio da soberania..... | 67 |
| 2.2 Princípio da cidadania | 68 |
| 2.3 Princípio da dignidade da pessoa humana | 68 |
| 2.4 Princípio da isonomia | 71 |
| 2.5 Princípios gerais da ordem econômica | 72 |
| 3. Dos princípios na legislação consumerista | 73 |
| 3.1 Princípio da boa-fé objetiva..... | 74 |
| 3.1.1 Dos deveres anexos à boa-fé | 75 |
| 3.1.1.1 Dever anexo da transparência..... | 76 |
| 3.1.1.2 Do dever de informação..... | 78 |
| 3.1.1.3 Do dever de segurança..... | 80 |
| 3.2 Princípio da Vulnerabilidade..... | 82 |
| 3.3 Princípio da equidade..... | 85 |

CAPÍTULO 5

Responsabilidade Civil nas Relações de Consumo

| | |
|---|-----|
| 1. Histórico da responsabilização civil..... | 87 |
| 2. A responsabilidade objetiva no CDC | 91 |
| 3. Das excludentes previstas no CDC..... | 94 |
| 3.1 Não colocação do produto no mercado | 95 |
| 3.2 Inexistência do defeito apontado..... | 96 |
| 3.3 Culpa exclusiva da vítima ou de terceiro..... | 97 |
| 4. Outras possíveis excludentes (não previstas no CDC) | 98 |
| 4.1 Culpa concorrente | 99 |
| 4.2 Caso fortuito e força maior | 100 |
| 5. Dano indenizável | 103 |
| 5.1 Dano material ou patrimonial | 104 |
| 5.2 Dano moral ou extrapatrimonial | 105 |
| 5.2.1 Dano moral ou meros dissabores: como identificar? | 107 |

| | |
|---|-----|
| 5.2.2 Por que indenizar o dano moral? | 108 |
| 5.2.3 Desnecessidade de prova do dano moral..... | 109 |
| 5.2.3.1 Dano moral pela contaminação de alimento com corpo estranho..... | 110 |
| 5.2.3.2 Uso indevido de marca dispensa prova de dano material e moral | 111 |
| 5.2.3.3 Recusa do plano de saúde a autorizar tratamento médico emergencial..... | 111 |
| 5.2.3.4 Comercialização de dados pessoais em banco de dados..... | 112 |
| 5.2.3.5 Conclusão..... | 113 |
| 5.2.4 Da fixação do valor indenizatório por dano moral..... | 113 |
| 5.3 Dano estético | 115 |
| 5.4 Da cumulatividade do dano material, moral e estético..... | 116 |
| 5.5 Dano reflexo ou a ricochete | 118 |

PARTE II

DOS ACIDENTES PELO FATO DE PRODUTO OU DE SERVIÇO

E A PROTEÇÃO CONSUMERISTA

CAPÍTULO 6

Responsabilidade do Fornecedor pelo Fato de Produto

| | |
|---|-----|
| 1. Da responsabilidade pelo fato do produto..... | 123 |
| 2. Dos responsáveis pelo dever indenizatório..... | 125 |
| 2.1 Fornecedor real | 125 |
| 2.1.1 O fabricante..... | 125 |
| 2.1.2 O produtor..... | 127 |
| 2.1.3 O construtor | 127 |
| 2.2 Fornecedor aparente..... | 128 |
| 2.3 Fornecedor presumido | 129 |
| 2.4 O comerciante | 129 |
| 3. Defeitos de produtos (tipologia)..... | 130 |
| 3.1 Defeitos por falha de criação..... | 131 |
| 3.2 Defeitos por falha de produção | 132 |
| 3.3 Defeitos por falha de informação | 133 |
| 3.4 Defeitos por falta de segurança | 134 |
| 3.5 Risco de desenvolvimento | 135 |
| 4. Vejamos um exemplo concreto | 138 |
| 4.1 Dever de informar..... | 138 |
| 4.2 Culpa concorrente | 139 |
| 5. Diferenças entre vício e defeito de produto..... | 139 |

CAPÍTULO 7

Responsabilidade do Fornecedor pelo Fato de Serviço

| | |
|--|-----|
| 1. Do fato do serviço..... | 143 |
| 2. Do defeito do serviço e sua tipologia..... | 144 |
| 3. Dos responsáveis pelo dever indenizatório..... | 145 |
| 4. A exceção quanto aos profissionais liberais | 147 |
| 4.1 O profissional liberal..... | 147 |
| 4.2 Obrigação de meio e obrigação de resultado | 149 |
| 5. Serviços públicos..... | 150 |

PARTE III

DA DEFESA DO CONSUMIDOR EM JUÍZO

CAPÍTULO 8

Da Competência do Juízo

| | |
|---|-----|
| 1. Competência | 155 |
| 2. Foro privilegiado para o consumidor individualmente considerado..... | 155 |
| 3. Competência da justiça estadual em casos de superendividamento do consumidor | 157 |
| 4. Competência nas ações coletivas | 158 |

CAPÍTULO 9

Da Solidariedade entre os Participantes na Cadeia de Produção/Distribuição

| | |
|--|-----|
| 1. Notas introdutórias | 161 |
| 2. Solidariedade condicionada do comerciante pelo fato de produto..... | 162 |
| 3. Responsabilidade solidária do fornecedor por seus prepostos..... | 164 |
| 4. Teoria da aparência | 165 |

CAPÍTULO 10

Valor da Causa e Sucumbência

| | |
|--|-----|
| 1. Regras gerais do valor da causa..... | 169 |
| 1.1 Correção de ofício pelo juiz..... | 170 |
| 1.2 Impugnação ao valor da causa | 171 |
| 1.3 Importância da atribuição de valor a qualquer causa..... | 171 |
| 2. Do valor da causa nas ações por danos morais | 172 |
| 3. Sucumbência..... | 174 |
| 4. Sucumbência nas ações por danos morais | 175 |

CAPÍTULO 11

Da Justiça Gratuita

| | |
|--|-----|
| 1. A democratização de acesso à justiça..... | 177 |
|--|-----|

| | |
|---|-----|
| 2. Da gratuidade de justiça no novo CPC | 178 |
| 3. Da concessão de justiça gratuita a todos que dela necessitem..... | 181 |
| 4. A justiça gratuita e o Código de Defesa do Consumidor | 182 |
| 5. Da interpretação do texto legal..... | 184 |
| 6. Da diferença entre “assistência judiciária gratuita” e “gratuidade de justiça” | 186 |
| 7. Notas conclusivas..... | 187 |

CAPÍTULO 12

Das Tutelas Provisórias

| | |
|--|-----|
| 1. Disposições gerais | 189 |
| 2. Conceito de tutela provisória | 192 |
| 3. Características..... | 193 |
| 4. Espécies de tutelas provisórias | 194 |
| 4.1 De urgência ou evidência..... | 194 |
| 4.2 Antecedente ou incidente | 195 |
| 4.3 Antecipada ou cautelar..... | 196 |
| 5. Recorribilidade das provisórias | 196 |
| 6. Poder geral de cautela do juiz | 196 |
| 7. Dever de fundamentação do juiz..... | 197 |
| 8. Competência do juízo..... | 197 |
| 9. Das tutelas de urgência..... | 197 |
| 9.1 Efetivação das medidas cautelares..... | 198 |
| 9.2 Responsabilidade pelos danos causados | 199 |
| 9.3 Tutela antecipada em caráter antecedente | 199 |
| 9.3.1 Negativa de concessão da tutela antecipada antecedente..... | 200 |
| 9.3.2 Estabilização da tutela antecipada antecedente..... | 200 |
| 9.3.3 Revisão da tutela estabilizada | 201 |
| 9.4 Tutela cautelar requerida em caráter antecedente..... | 202 |
| 9.4.1 Citação do réu..... | 202 |
| 9.4.2 Aditamento da petição inicial antecedente | 202 |
| 9.4.3 Eficácia de tutela concedida | 203 |
| 9.4.4 Indeferimento da tutela cautelar..... | 203 |
| 9.5 Fungibilidade das tutelas provisórias | 203 |
| 10. Tutela de evidência..... | 203 |
| 10.1 Diferenças entre tutela de evidência e tutela de urgência | 204 |
| 10.2 Concessão liminar..... | 205 |
| 10.3 Tutela de evidência e julgamento antecipado | 205 |
| 11. Tutelas provisórias contra a fazenda pública..... | 206 |

CAPÍTULO 13

Vedação do Instituto de Denunciaçāo à Lide

| | |
|---|-----|
| 1. A denunciaçāo da lide..... | 207 |
| 2. A proibição de denunciaçāo à lide no CDC | 208 |
| 3. Exceção segundo a jurisprudência do STJ | 209 |
| 4. Do chamamento ao processo..... | 210 |

CAPÍTULO 14

Inversão do Ônus da Prova

| | |
|---|-----|
| 1. A questão do ônus da prova..... | 211 |
| 2. Ônus da prova nas ações por acidentes de consumo | 212 |
| 3. Inversão do ônus da prova <i>ope judicis</i> | 213 |
| 4. Inversão do ônus da prova em face dos profissionais liberais | 215 |
| 5. Momento da inversão..... | 218 |
| 6. Dos custos com a realização da prova..... | 219 |
| 7. Determinação de ofício ou a requerimento da parte | 221 |
| 8. Carga probatória dinâmica | 222 |

CAPÍTULO 15

Da Prescrição e Decadência

| | |
|---|-----|
| 1. Notas introdutórias | 225 |
| 2. Decadência..... | 226 |
| 3. Prescrição..... | 228 |
| 3.1 Prescrição nas relações securitárias..... | 230 |
| 3.2 Prazo para ajuizamento da ação de indenização em face de inscrição indevida em banco de dados | 232 |
| 3.3 Prazo prescricional nas ações de responsabilidade civil contratual | 233 |

CAPÍTULO 16

Da Desconsideração da Personalidade Jurídica

| | |
|---|-----|
| 1. A origem da desconsideração | 235 |
| 2. A desconsideração no Código Civil | 236 |
| 3. A desconsideração no CDC..... | 237 |
| 4. A desconsideração não anula a personalidade da empresa | 238 |
| 5. A desconsideração no novo CPC | 239 |

CAPÍTULO 17

A Proteção Coletiva do Consumidor

| | |
|--|-----|
| 1. Histórico das ações coletivas no Brasil | 243 |
| 2. Dos legitimados para as ações coletivas | 245 |
| 3. Da importância das ações coletivas | 247 |

CAPÍTULO 18

Do Procedimento nos Juizados Especiais Cíveis Estaduais Lei N° 9.099/95

| | |
|---|-----|
| 1. Da opção do consumidor pelo JEC | 249 |
| 2. Dos princípios informativos dos juizados especiais | 249 |
| 3. Do cabimento desse procedimento | 250 |
| 4. Ações que não podem ser propostas nos juizados | 251 |
| 5. Da competência de foro | 252 |
| 6. Do juiz, dos conciliadores e dos juízes leigos | 252 |
| 7. As partes | 253 |
| 8. Da representação processual | 253 |
| 9. Dos atos processuais, do pedido, das citações e intimações | 254 |
| 10. Das audiências | 255 |
| 10.1 Da audiência de conciliação | 256 |
| 10.2 Do juízo arbitral | 256 |
| 10.3 Da audiência de instrução e julgamento | 256 |
| 11. Da resposta do réu | 257 |
| 12. Das provas | 258 |
| 13. Da sentença e dos recursos | 258 |
| 14. Da extinção do processo sem julgamento do mérito | 259 |
| 15. Da execução dos julgados | 260 |
| 16. Execução de título extrajudicial | 261 |
| 17. Das despesas processuais | 262 |
| 18. Homologação de acordos extrajudiciais | 262 |

CAPÍTULO 19

A Jurisprudência do STJ na Questão de Danos aos Consumidores

| | |
|----------------------------------|-----|
| 1. Notas introdutórias | 263 |
| 2. Súmulas do STJ | 264 |
| 3. Julgados e teses do STJ | 267 |
| 4. Repetitivos anotados | 275 |

CAPÍTULO 20

Por Uma Nova Teoria da Reparação por Danos Morais

| | |
|--|-----|
| 1. Premissas Básicas | 295 |
| 2. Proposta de alteração do Código Civil | 298 |

REFERÊNCIAS

301